



Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro



Rosa Veloso

170239 – Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro
2500-207 Caldas da Rainha Telefone: 262870070 Fax: 262 834 644 NIF: 600078272

**REGULAMENTO ELEITORAL PARA O CONSELHO GERAL
DO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RAFAEL BORDALO PINHEIRO**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Objeto

Este Regulamento estabelece as normas para o desenvolvimento do processo de eleição e designação dos membros do Conselho Geral (CG) do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro (AERBP), nos termos do disposto no Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho, bem como nos artigos 23.º a 26.º do Regulamento Interno do Agrupamento.

Artigo 2.º

Composição do CG

1. O Conselho Geral do AERBP será composto por 21 membros, distribuídos da seguinte forma:
 - a. Oito representantes do pessoal docente;
 - b. Dois representantes do pessoal não docente;
 - c. Quatro representantes dos pais e encarregados de educação;
 - d. Dois representantes dos alunos;
 - e. Dois representantes do município;
 - f. Três representantes da comunidade local.

Artigo 3.º

Capacidade eleitoral e direito de voto

1. Goza de capacidade eleitoral todo o pessoal docente e não docente em exercício de funções no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

Artigo 4.º

Exercício do direito de voto

1. As votações são obrigatoriamente feitas por escrutínio secreto e presencial.

- Respe*
2. O direito de voto é exercido diretamente por cada eleitor, não sendo permitida nenhuma forma de representação ou delegação.
 3. A cada eleitor só é permitido votar uma vez.
 4. Para que o eleitor seja admitido a votar, deve estar inscrito no caderno eleitoral e ser reconhecida, pela mesa, a sua identidade.
 5. Podem votar antecipadamente os eleitores que estejam impedidos de se deslocar à mesa da assembleia eleitoral por imperativo inadiável de exercício das suas funções ou impedimento legal, devidamente fundamentado por escrito.

Artigo 5.º

Modo de exercício do direito de voto antecipado

1. Qualquer eleitor que esteja nas condições previstas no ponto cinco do artigo anterior pode dirigir-se à presidente da Comissão Eleitoral até três dias úteis anteriores ao ato eleitoral, manifestando a sua vontade de exercer antecipadamente o direito de sufrágio.
2. A Comissão Eleitoral verifica o impedimento invocado e se este não permitir a presença na mesa da assembleia eleitoral durante o seu funcionamento, autoriza o voto antecipado.
3. A presidente da Comissão Eleitoral entrega ao eleitor um boletim de voto e um sobrescrito de cor branca para receber o boletim de voto e um de cor azul destinado a receber o sobrescrito anterior.
4. O eleitor preenche o boletim em condições que garantam o segredo de voto, dobra-o em quatro, introduzindo-o no sobrescrito de cor branca, que fecha adequadamente.
5. Em seguida, este sobrescrito de cor branca é introduzido pelo eleitor no sobrescrito de cor azul, que deverá fechar e escreve o seu nome completo no exterior.
6. A presidente da Comissão Eleitoral elabora uma ata das operações efetuadas, solicitando ao eleitor que exerceu o seu voto antecipadamente que a rubrique.
7. A presidente da Comissão Eleitoral entregará a ata juntamente com o sobrescrito ao presidente da mesa da assembleia eleitoral antes de esta iniciar o seu funcionamento.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 6.º

Condução do processo de eleição e designação dos membros do Conselho Geral

1. Nos termos da Lei, cabe ao Conselho Geral cessante do Agrupamento conduzir o processo de eleição e de designação dos membros do Conselho Geral.
2. Para efeito do estipulado no ponto anterior, o Conselho Geral cessante nomeia dois dos seus membros para, juntamente com a sua presidente, constituírem a Comissão Eleitoral que irá supervisionar todo o processo.

Artigo 7.º

Competências da Comissão Eleitoral

1. À Comissão Eleitoral compete:
 - a. Aprovar os cadernos eleitorais para os atos eleitorais;

- Rose
Vilanova*
- b. Decidir sobre eventuais reclamações relativas aos cadernos eleitorais;
 - c. Fiscalizar os vários atos que constituem o processo eleitoral;
 - d. Receber as listas candidatas à eleição, verificar a sua conformidade com a Lei e o presente Regulamento e, ainda, decidir sobre a sua aceitação ou exclusão;
 - e. Apreciar os recursos interpostos;
 - f. Redigir a ata final de apuramento dos votos.

Artigo 8.º

Abertura do processo eleitoral

1. O processo eleitoral para o Conselho Geral declara-se aberto com a divulgação do presente regulamento eleitoral, previamente submetido à aprovação do Conselho Geral cessante.
2. A Presidente do Conselho Geral procede à divulgação referida no número anterior nos locais de estilo e na página eletrónica do Agrupamento.
3. Simultaneamente, nos mesmos locais, são publicitados o calendário eleitoral e os editais de abertura do processo eleitoral.
4. Após a divulgação referida nos números anteriores, a Presidente do Conselho Geral diligencia junto do Município e das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento para que designem os seus representantes.

Artigo 9.º

Cadernos eleitorais

1. O Diretor do Agrupamento deve fornecer os cadernos eleitorais, devidamente atualizados, à Comissão Eleitoral até dez dias úteis antes do ato eleitoral.
2. Os cadernos eleitorais dos diversos corpos eleitorais devem estar disponíveis para consulta nos locais de estilo.
3. Até ao segundo dia útil ao da sua afixação, qualquer interessado pode interpor recurso para a Comissão Eleitoral, relativamente a eventuais irregularidades dos cadernos eleitorais.
4. A Comissão Eleitoral decidirá do(s) recurso(s), em reunião expressamente realizada para o efeito, nos dois dias úteis após o prazo mencionado no número anterior, procedendo, na mesma reunião, às eventuais correções e afixando de imediato os cadernos definitivos.

Artigo 10.º

Assembleias eleitorais

1. As assembleias eleitorais são convocadas pela presidente do Conselho Geral, nos termos da legislação em vigor.
2. Compõem cada uma das assembleias eleitorais os elementos que constam nos cadernos eleitorais.

Revisão

CAPÍTULO III

CANDIDATURAS DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE

Artigo 11.º

Condições de candidatura

1. São elegíveis todos os elementos do pessoal docente e pessoal não docente do Agrupamento em exercício efetivo de funções à data da eleição.
2. Os candidatos ao Conselho Geral, referidos no número anterior, constituem-se em listas separadas a submeter às respetivas assembleias eleitorais.
3. Não poderão candidatar-se os docentes e os não docentes a quem tenha sido aplicada pena disciplinar superior a multa, durante o cumprimento da pena e nos quatro anos posteriores ao seu cumprimento.
4. O disposto no número anterior, não é aplicável ao pessoal docente e não docente reabilitado nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

Artigo 12.º

Apresentação das candidaturas e requisitos

1. As listas candidatas terão a seguinte composição:
 - a. Oito candidatos efetivos e quatro suplentes em representação do pessoal docente.
 - b. Dois efetivos e um suplente em representação do pessoal não docente.
2. As listas candidatas devem ser apresentadas, até quinze dias antes do dia do ato eleitoral, nos Serviços Administrativos do Agrupamento, em envelope fechado dirigido ao Diretor do Agrupamento que as entregará à presidente da Comissão Eleitoral.
3. A apresentação consiste na entrega da lista, em formulário próprio disponível nos Serviços Administrativos do Agrupamento e na página eletrónica do Agrupamento, contendo os nomes completos dos candidatos e a qualidade em que se candidatam.
4. Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência da respetiva declaração de assinatura.
5. Cada candidato só pode integrar uma única lista.
6. As listas devem ser rubricadas por todos os candidatos como forma de aceitação.
7. As listas do pessoal docente devem integrar, obrigatoriamente, educadores de infância, professores do 1.º ciclo, do 2.º ciclo e do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, respeitando sempre que possível, a representação de todas as escolas do Agrupamento.

Artigo 13.º

Verificação das candidaturas e irregularidades processuais

1. A Comissão Eleitoral reúne no próprio ou no dia seguinte ao fim do prazo para apresentação de candidaturas a fim de verificar a regularidade das mesmas e a elegibilidade dos candidatos e, caso exista alguma irregularidade processual, a presidente da Comissão informa o mandatário da lista para a suprir no prazo de vinte e quatro horas.
2. Os mandatários das listas podem assistir à reunião.

Rose
Levanio

Artigo 14.º

Rejeição de candidaturas

1. São rejeitados os candidatos inelegíveis.
2. No caso de haver candidatos inelegíveis ou da lista não conter o número total de candidatos, o mandatário deve completá-la no prazo definido no n.º 1 do artigo anterior, sob pena de rejeição de toda a lista.
3. Findo o prazo referido no número anterior, a presidente da Comissão Eleitoral faz operar nas listas as retificações ou aditamentos requeridos pelos respetivos mandatários.

Artigo 15.º

Divulgação das candidaturas

1. As listas serão identificadas por uma letra segundo a ordem alfabética, de acordo com a ordem de entrada nos Serviços Administrativos.
2. Até oito dias úteis antes do ato eleitoral, as listas são publicitadas nos locais de estilo, assim como na respetiva página eletrónica.
3. Após a publicação das listas, não é permitida a alteração da ordem dos seus membros até à sua tomada de posse no Conselho Geral.

Artigo 16.º

Reclamações

As reclamações devem ser apresentadas por escrito à presidente da Comissão Eleitoral até quarenta e oito horas após a divulgação das listas, devendo ser respondidas nas vinte e quatro horas subsequentes.

Artigo 17.º

Mandatário da lista

O mandatário da lista, que representa a lista junto da Comissão Eleitoral, é o candidato do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro que conste em primeiro lugar, salvo se outro candidato for mencionado.

Artigo 18.º

Delegados

Cada lista poderá indicar até dois representantes, membros da lista, para acompanharem todos os trabalhos realizados pela mesa da assembleia eleitoral.

CAPÍTULO IV

MESA DA ASSEMBLEIA ELEITORAL

Artigo 19.º

Mesa da assembleia eleitoral

1. Em cada local de voto existirá uma mesa da assembleia eleitoral composta por três elementos, um presidente, um secretário e um escrutinador, nomeados pelo Diretor do Agrupamento.

- Rose*
2. Funcionário mesas das assembleias eleitorais na escola sede do Agrupamento e na Escola Básica de Santa Catarina.
 3. Serão também nomeados três suplentes que assumirão funções em caso de ausência dos membros efetivos.
 4. O secretário substitui o presidente na sua ausência e é substituído pelo escrutinador.
 5. A mesa, uma vez constituída, não pode ser alterada, salvo caso de força maior.
 6. Para a validade das operações eleitorais é necessária a presença, em cada momento, de pelo menos dois dos seus membros.
 7. Os trabalhos da mesa podem ser acompanhados pelos delegados das listas, que têm os seguintes poderes:
 - a. Consultar as cópias dos cadernos eleitorais;
 - b. Ser ouvidos e esclarecidos acerca de todas as questões suscitadas durante o funcionamento da mesa da assembleia eleitoral;
 - c. Apresentar, oralmente ou por escrito, reclamações relativas às operações de voto;
 - d. Assinar a ata.
 8. Os delegados não podem ser designados para substituir membros da mesa.

Artigo 20.º

Competências da mesa da assembleia eleitoral

À mesa da assembleia eleitoral compete:

- a. Receber da presidente da Comissão Eleitoral o caderno eleitoral;
- b. Garantir a segurança da urna e dos boletins de voto;
- c. Descarregar o nome dos votantes no respetivo caderno eleitoral;
- d. Proceder à abertura e encerramento das urnas;
- e. Efetuar os escrutínios e apurar os resultados;
- f. Lavrar as atas das suas reuniões e da assembleia eleitoral;
- g. Proclamar os resultados apurados.

CAPÍTULO V

VOTAÇÃO

Artigo 21.º

Período de votação

1. As urnas mantêm-se abertas durante oito horas, a menos que tenham votado todos os elementos inscritos nos cadernos eleitorais.

Artigo 22.º

Abertura e encerramento da votação

1. Constituída a mesa, o presidente declara iniciadas as operações eleitorais, procede, com os restantes membros da mesa e os delegados das listas, à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa, fornecidos pela presidente da Comissão Eleitoral, e exhibe a urna para que todos se possam certificar de que se encontra vazia.
2. Não havendo nenhuma irregularidade, votam imediatamente os membros da mesa e os delegados das listas.

3. Os eleitores votam pela ordem de chegada à mesa da assembleia eleitoral, dispondo-se em fila.
4. A mesa da assembleia eleitoral funciona ininterruptamente até serem concluídas todas as operações de votação e apuramento.
5. A admissão de eleitores na mesa da assembleia eleitoral faz-se até à hora marcada na respetiva convocatória para o final da votação. Depois desta hora apenas podem votar os eleitores presentes.
6. O presidente declara encerrada a votação logo que tiverem votado todos os eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, ou o prazo de encerramento tenha terminado.

Artigo 23.º

Procedimento da mesa em relação aos votos antecipados

1. Após terem votado os elementos da mesa, e no caso de existirem votos antecipados, o presidente procederá à sua abertura e lançamento na urna, entregando ao escrutinador o sobrescrito azul para verificar se o eleitor está devidamente inscrito.
2. Feita a descarga no caderno eleitoral, o presidente abre o sobrescrito branco e introduz o boletim de voto na urna.

Artigo 24.º

Boletins de voto

1. Os boletins de voto são de forma retangular com as dimensões apropriadas para neles caber a indicação de todas as listas submetidas à votação. Os referidos boletins são impressos em papel branco, liso e não transparente.
2. Em cada boletim de voto são representadas todas as listas admitidas à votação, com um quadrado em branco colocado à frente de cada uma, destinado a ser assinalado com um X a escolha do eleitor.
3. A impressão dos boletins de voto é da responsabilidade da Comissão Eleitoral.
4. Os boletins de voto, em número igual ao dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais mais 20%, são entregues ao presidente da mesa da assembleia eleitoral.

Artigo 25.º

Modo como vota cada eleitor

1. Cada eleitor apresenta-se perante a mesa e identifica-se ao presidente.
2. Reconhecido o eleitor, o presidente, depois de verificada a inscrição no caderno eleitoral, entrega-lhe um boletim de voto.
3. Em seguida, o eleitor entra na câmara de voto, sozinho, assinala com um X o quadrado correspondente à lista em que vota e dobra o boletim em quatro partes.
4. Voltando para junto da mesa, o eleitor entrega o boletim ao presidente, que o introduz na urna, enquanto o escrutinador descarrega o voto, rubricando o caderno eleitoral.
5. Se, por inadvertência, o eleitor deteriorar o boletim, deve solicitar outro ao presidente, devolvendo-lhe o primeiro. O presidente escreve no boletim devolvido a nota de inutilizado, rubrica-o e conserva-o.

Artigo 26.º

Voto em branco ou nulo

1. Considera-se voto em branco o do boletim que não tenha sido objeto de qualquer tipo de marca.
2. Considera-se voto nulo o do boletim de voto no qual:
 - a. Tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado.
 - b. Tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.
3. Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual o X, embora não perfeitamente desenhado ou excedendo os limites do quadrado, assinala inequivocamente a vontade do eleitor.
4. Considera-se ainda voto nulo o voto antecipado, quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas no artigo 25º ou seja recebido em sobrescrito que não esteja devidamente fechado.

Artigo 27.º

Reclamações

1. Qualquer eleitor inscrito no caderno eleitoral ou qualquer dos delegados das listas pode suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação relativa às operações eleitorais da mesa da assembleia eleitoral e instruí-la com os documentos convenientes.
2. A mesa não pode negar-se a receber as reclamações, devendo rubricá-las e apensá-las às atas.
3. As reclamações têm de ser objeto de deliberação da mesa, que pode tomá-la no final, se entender que isso não afeta o decurso normal da votação.
4. Todas as deliberações da mesa são tomadas por maioria absoluta dos seus membros e fundamentadas, tendo o presidente voto de desempate.

CAPÍTULO VI - APURAMENTO

Artigo 28.º

Operação preliminar

Encerrada a votação, o presidente da mesa da assembleia eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores e encerra-os num sobrescrito próprio, que fecha e rubrica.

Artigo 29.º

Contagem dos votantes e dos boletins de voto

1. Encerrada a operação preliminar, o presidente da mesa da assembleia eleitoral manda contar os votantes pelas descargas efetuadas nos cadernos eleitorais.
2. Concluída essa contagem, o presidente manda abrir a urna e tirar os boletins de voto, a fim de conferir o número de boletins entrados e, no fim da contagem, volta a introduzi-los na urna.
3. Em caso de divergência entre os números dos votantes apurados nos termos do n.º 1 e dos boletins de voto contados, prevalece, para fins de apuramento, o segundo destes números.

Artigo 30.º

Contagem dos votos

1. O escrutinador desdobra os boletins um a um e anuncia em voz alta qual a lista votada. O secretário regista numa folha branca ou, de preferência, num quadro bem visível, separadamente, os votos atribuídos a cada lista, os votos em branco e os votos nulos.
2. Simultaneamente, os boletins de voto são examinados e exibidos pelo presidente, que os agrupa em lotes separados, correspondentes a cada uma das listas votadas, aos votos em branco e aos votos nulos.
3. Terminadas essas operações, o presidente procede à contraprova da contagem, pela contagem dos boletins de cada um dos lotes separados.
4. Os delegados das listas têm o direito de examinar, depois, os lotes dos boletins de voto separados, sem alterar a sua composição, e, no caso de terem dúvidas ou objeções em relação à contagem ou à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, têm o direito de solicitar esclarecimentos ou apresentar reclamações perante o presidente.
5. Se a reclamação não for atendida pela mesa, os boletins de voto reclamados são separados, anotados no verso, com a indicação da qualificação dada pela mesa e do objeto da reclamação. Estes boletins são rubricados pelo presidente e, pelos delegados das listas, se o desejarem, e encerrados em sobrescrito próprio.
6. Os boletins de voto não utilizados são fechados em sobrescrito, que juntamente com o sobrescrito contendo os votos inutilizados e o que contém os boletins alvo de protesto, serão entregues à presidente da Comissão Eleitoral.
7. A reclamação não atendida não impede a contagem do boletim de voto para efeitos de apuramento.

Artigo 31.º

Ata das operações eleitorais

1. Compete ao secretário proceder à elaboração da ata das operações de votação e apuramento.
2. Da ata devem constar:
 - a. Os números de inscrição no caderno eleitoral e os nomes dos membros da mesa e dos delegados das listas;
 - b. A hora de abertura e de encerramento da votação e o local da mesa da assembleia eleitoral;
 - c. As deliberações tomadas pela mesa durante as operações;
 - d. O número total de eleitores inscritos e de votantes;
 - e. O número de votos obtidos por cada lista, o de votos em branco e o de votos nulos;
 - f. O número de boletins de voto sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto;
 - g. As divergências de contagem, se as houver, com a indicação precisa das diferenças notadas;
 - h. O número de reclamações apensas à ata;
 - i. Quaisquer outras ocorrências que a mesa julgar dever mencionar.

Artigo 32.º

Critério de eleição

1. Logo a seguir ao apuramento dos resultados, estes devem ser entregues à Comissão Eleitoral.
2. Na posse de todos os resultados, a Comissão Eleitoral procede à atribuição dos mandatos seguindo, no caso de haver mais do que uma lista, o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

3. Uma vaga ocorrida no Conselho Geral é preenchida pelo candidato que esteja imediatamente a seguir na lista.
4. Os novos representantes completam o mandato dos membros substituídos.

Artigo 33.º

Protestos ou reclamações não atendidas

Havendo reclamações não atendidas, a presidente da Comissão Eleitoral convoca uma reunião para analisar e deliberar sobre eles, nas quarenta e oito horas seguintes à realização da eleição.

Artigo 34.º

Proclamação e publicação dos resultados

O Diretor do Agrupamento faz afixar os resultados dos processos eleitorais nos locais de estilo e na página eletrónica do Agrupamento, após tê-los comunicado ao Diretor-geral de Administração Escolar.

Artigo 35.º

Destino da documentação

Terminado o prazo de recurso, ou decididos os recursos que tenham sido apresentados, a Presidente do Conselho Geral cessante procede ao arquivo dos documentos.

CAPÍTULO VII

ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ALUNOS

Artigo 36.º

Modo de eleição

1. Os representantes dos alunos são eleitos, por voto secreto, em assembleia de delegados e subdelegados das turmas do ensino secundário (regular, profissional), convocada para o efeito e presidida pela presidente da Comissão Eleitoral.

Artigo 37.º

Inelegibilidade

Os alunos a quem tenha sido aplicada medida disciplinar sancionatória igual ou superior à da exclusiva competência do Diretor, não podem ser eleitos para o Conselho Geral, durante o cumprimento da sanção e nos dois anos seguintes ao termo do seu cumprimento.

CAPÍTULO VIII

ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Artigo 38.º

Modo de eleição

1. Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do Agrupamento, sob proposta das respetivas organizações representativas.

CAPÍTULO IX CONTENCIOSO ELEITORAL

Artigo 39.º

Recurso

1. As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial e geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objeto de reclamação apresentada no ato em que se verificaram.
2. Da decisão sobre a reclamação podem recorrer, além do apresentante da reclamação, os candidatos e os seus mandatários que concorrem à eleição.
3. A petição especifica os fundamentos de facto e de direito do recurso e será acompanhada de todos os elementos de prova, incluindo fotocópia da ata da mesa da assembleia eleitoral onde a irregularidade tiver ocorrido.

Artigo 40.º

Órgão competente, processos e prazos

1. O recurso é interposto no prazo de 48 horas, a contar da afixação do resultado do apuramento, à presidente da Comissão Eleitoral.
2. A presidente da Comissão Eleitoral manda notificar imediatamente os mandatários das listas concorrentes para que estes e os candidatos respondam, querendo, no prazo de vinte e quatro horas.
3. Nas quarenta e oito horas subsequentes ao termo do prazo previsto no número anterior, a presidente da Comissão Eleitoral, em reunião com a Comissão Eleitoral, decide definitivamente do recurso, afixando imediatamente a decisão nos locais de estilo da Escola Sede do Agrupamento.

Artigo 41.º

Nulidade das eleições

1. A votação só é julgada nula quando se hajam verificado ilegalidades que possam influir no resultado geral da eleição.
2. Declarada a nulidade da eleição, o ato eleitoral correspondente é repetido no 8.º dia posterior à decisão.

CAPÍTULO X

DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO

Artigo 42.º

Processo de designação

1. A presidente do Conselho Geral cessante notifica oficialmente o Município, informando da abertura do processo de eleição e designação dos membros do Conselho Geral.
2. Os dois representantes do Município são indicados pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

CAPÍTULO XI
DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

Artigo 43.º

Processo de designação

1. Os demais membros do Conselho Geral, em reunião convocada para o efeito pela Presidente do Conselho Geral cessante, escolhem as individualidades, instituições ou empresas que ocuparão os três lugares de representação da comunidade local.
2. Quando se trate de individualidades, o procedimento é a cooptação.
3. Quando se trate de instituições ou empresas convidadas, os representantes são indicados pelas mesmas no prazo de 10 dias úteis.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44.º

Para a resolução de eventuais casos omissos do presente Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral do AERBP, aplicar-se-á, subsidiariamente, o disposto no Código do Procedimento Administrativo, naquilo que não se encontre especialmente referido no presente regulamento.

Aprovado em reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, em 17 de outubro de 2022.

A presidente do Conselho Geral cessante,



(Rosa Maria Cipriano Venâncio)